



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

O executivo municipal apresenta nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, os documentos de Prestação de Contas relativos à gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2017.

Nos termos da alínea l) do nº2 do artigo 25º de referido diploma legal, os documentos de Prestação de Contas serão apreciados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas.

Os documentos da Prestação de Contas 2017 foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e apresentados conforme estabelece a Resolução 4/2001 – 2. Secção 26/2013 de 21 de novembro.

Os documentos, bem como o presente relatório, foram sujeitos a parecer do Revisor Oficial de Contas, fazendo parte da presente Prestação o relatório e parecer emitido por esta entidade.

Durante o ano de 2017, aplicou-se uma gestão rigorosa, evitando gastos desnecessários mas tentando responder às reais necessidades da população.

Fruto desse rigor a Câmara Municipal apresenta uma saúde financeira invejável, o que permite encarar o futuro com otimismo.

No presente relatório será descrito de forma sucinta o que foi o ano de 2017 tanto financeiramente como em termos de atividade geral.

MU

15

B

2



2. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2017, em termos gerais, verificou-se uma ligeira melhoria da situação económica..

A Câmara Municipal de Mora, tem sempre por base a satisfação máxima dos seus munícipes, tendo em conta a gestão de recursos escassos, mediante uma filosofia de eficiência, eficácia e economia.

Para obter melhores resultados, ao nível da utilização dos recursos humanos, é necessário que se criem condições de trabalho. A Câmara Municipal de Mora, durante o ano de 2016, garantiu a valorização dos seus recursos humanos através da:

- Promoção e garantia das condições de higiene, saúde e segurança no trabalho aos seus colaboradores, com a realização de consultas e exames médicos aos trabalhadores da autarquia; a aquisição de diverso equipamento de higiene e segurança no trabalho num valor total de 13.966,90€ (treze mil, novecentos e sessenta e seis euros e noventa centimos) e foram feitas vistorias periódicas às condições no local de trabalho, pela empresa contratada para o efeito.
- Promoção de ações de formação. Tais ações de formação são previamente planeadas, de acordo com as necessidades existentes, sendo elaborado um Plano de Formação que é aprovado pelo executivo. Para além das ações previstas foram realizadas outras, extra-plano, que se consideraram importantes para o desenvolvimento das capacidades e competências dos trabalhadores da Câmara de Mora. No decorrer de 2017 foram frequentadas as ações que nos quadros seguintes se evidenciam.



Tipo de Formação	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais
Externas	6	2	0	0
Internas	0	0	0	0
Total	6	2	0	0

Categoria	Formação externa	Formação interna	Total
Dirigente – Superior	0	0	0
Dirigente – Intermédio	0	0	0
Carreiras Gerais – Técnico Superior	7	0	7
Carreiras Gerais – Assistente Técnico	6	0	6
Carreiras Gerais – Assistente Operacional	10	0	10
Bombeiros	0	0	0
Informática	0	0	0
Polícia Municipal	0	0	0
Outros	0	0	0
Total	23	0	23

No quadro seguinte é possível analisar o mapa de pessoal do Município de Mora a 31 de dezembro de 2017:



Vínculo	Comissão de serviço	CTFP por tempo indeterminado	CTFP a tempo resolutivo certo	CTFP a tempo resolutivo o incerto	Outra	Total
Dirigente Superior						
Dirigente Intermédio	2					2
Técnico superior		14	2			16
Assistente técnico		32				32
Assistente Operacional		76	17			93
Bombeiros						
Informática		4				
Outros		1				4
Total	2	126	19			147

O Município de Mora, a 31 de dezembro de 2017, tinha **147** funcionários.

De acordo com a legislação em vigor, todos os trabalhadores da autarquia foram avaliados de acordo com o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

3. FATORES RELEVANTES OCORRIDOS EM 2017

No decorrer do ano de 2017, a Câmara Municipal de Mora desenvolveu uma série de ações e iniciativas que, de alguma forma, influenciaram a vida do Concelho.

Assim no decorrer deste exercício salienta-se, por áreas o que se evidencia no quadro seguinte:



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Plano institucional	<ul style="list-style-type: none">• Reuniões com as Juntas de Freguesia do Concelho• Reuniões com as diversas Associações e Clubes do Concelho• Reuniões nos organismos institucionais dos quais a autarquia se insere• Reuniões com outros organismos públicos e entidades privadas• Participação nas atividades promovidas pelas escolas, associações e Juntas de Freguesia do Concelho.
Obras e Urbanismo Serviços urbanos e ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Conservação de caminhos municipais, rurais e vicinais• Conservação e Repavimentação de arruamentos, passeios, calçadas e estacionamento nas diversas localidades do Concelho• Limpeza de valetas e bermas• Corte de ervas em Pistas de Pesca, equipamentos municipais e espaços verdes

my
15
B
[Signature]
P



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Obras e Urbanismo Serviços urbanos e ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Conservação geral do sistema de abastecimento de água• Remodelação da rede de águas do Bairro da Misericórdia de Mora e construção de muro de suporte de terras para definição de passeio e respetiva pavimentação• Substituição de lâmpadas de mercúrio e vapor de sódio nos candeeiros do Parque Ecológico do Gameiro por lâmpadas de leds• Substituição de candeeiros no Jardim Público de Pavia, Prof, Nascimento, com lâmpadas de leds• Substituição de candeeiros no pátio da Casa de Cultura de Mora• Substituição de projetores de pavimento no Jardim do Loteamento da Quinta da Laranjinha em Cabeção e drenagem• Colocação em funcionamento do sistema de filtragem e repuxo da fonte ornamental da Rotunda na Avenida do Fluviário• Construção de nova conduta de águas para o Parque Ecológico do Gameiro• Desvio da conduta de água de alimentação à Fábrica da Chicória• Substituição de tubagem da rede de águas das Piscinas Municipais• Colocação em funcionamento de bomba no furo da Pereira• Apoio à Recuperação de Casas Degradadas, Cartão Jovem e



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Obras e Urbanismo Serviços urbanos e ambiente	<p>Cartão do Idoso - (Recolha de entulhos, fornecimento de areia e outros materiais, elaboração de projetos, etc.)</p> <ul style="list-style-type: none">• Jardim do Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias em Mora – Construção de murete de vedação, montagem do sistema de rega e instalação de mobiliário• Etar de Pavia – Escavações e trabalhos de Construção Civil (Poço de bombagem e bases para apoio dos equipamentos da Etar compacta, pavimentação de terreno envolvente e colocação de nova cobertura na caseta de apoio.• Cemitério de Cabeção – Instalação de ossários• Eta da Malarranha – Construção de alpendre para proteção dos depósitos de água• Praceta do Bairro Lopes Aleixo em Cabeção – requalificação do espaço, com remoção da calçada, abertura de covas para árvores, drenagem de caldeiras, construção de nova rede de águas e ramais domiciliários, alimentação à rede de rega, instalação elétrica, reparação de muros e calçetamento e colocação de mobiliário urbano• Criação de espaço para instalação de Molok e ecoponto na Rua Comandante Manuel José Godinho, junto à Casa do Povo em Mora• Reparação de aqueduto na ER2, Mora - Brotas

W
B
B
P



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Obras e Urbanismo Serviços urbanos e ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Conservação de moradias na Rua da Igreja em Brotas• Piscinas Municipais – Obras de conservação e beneficiação, instalação de equipamentos• Reparação e sifonagem de sargetas e sumidouros em Cabeção• ASDIC – Cabeção – obras de conservação• Apoio a eventos (Festas e Feiras)• Cemitério de Mora – Preparação da base e colocação de ossários• Parque Urbano de Pavia – requalificação do espaço envolvente do parque infantil, parque de merendas, anfiteatro, zonas verdes, mobiliário urbano, iluminação pública, sistema de rega, plantação de árvores• Rua das Águias em Brotas - pavimentação de berma/passeio para melhoria do sistema de recolha de águas pluviais• Drenagem exterior de habitação na Rua das Águias em Brotas• Drenagem exterior da Sociedade de Instrução Musical Morense• Sociedade Musical Paviense – Reparação de caixilharias (portas e janelas) e fornecimento de gradeamentos• Reparação de armaduras e betão na Ponte do Gato na Malarranha



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Obras e Urbanismo Serviços urbanos e ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Prolongamento de aqueduto no Beco de Santo António em Mora• Conservação e Beneficiação do espaço de arquivo no edifício dos antigos Paços do Concelho• Pavimentação de passeios na Zona Industrial de Mora• Reparação de Cobertura na Casa das Associações em Mora• Reparação/Impermeabilização de cobertura do Fluviário• Empreitada de Beneficiação da Sinalização Horizontal na Avenida do Fluviário• Centro Cultural de Cabeção• Requalificação da ETAR de Pavia• Parque Verde – Construção de Parque Urbano e Espaço Multiusos para a Juventude• Construção de Miradouro em Mora• Alterações da Rede Elétrica do Loteamento da Quinta das Sesmarias• Salão de Festas de Brotas – Nivelamento do Pavimento• Alterações na Instalação Elétrica do Campo de Jogos de Brotas• Posto Médico de Brotas – Pintura exterior e conservação de rebocos• Pavimentação de Arruamentos em Mora (Estrada das



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Obras e Urbanismo Serviços urbanos e ambiente	<p>Cabeceiras e Rua Nossa Senhora da Graça)</p> <ul style="list-style-type: none">• Alargamento do cemitério de Malarranha• Reparação de cobertura do edifício de serviços comuns das Casas de Romaria em Brotas• Pintura de Muros e Edifícios Municipais• Adaptação da Instalação Elétrica da Nave, Pavilhão de Exposições e Auditório á regulamentação atual• Remodelação da Instalação elétrica do campo de Futebol de Mora• Conservação/beneficiação de caixilharias e pintura no edifício dos Paços do Concelho em Mora• Construção do Campo de Padel no Parque Urbano de Mora• Alterações da Rede Elétrica do Loteamento da Quinta das Sesmarias• Acompanhamento e manutenção das atividades exercidas nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's)• Cumprimento do PCQA – Plano de Controlo da Qualidade da Água, no que se refere às análises definidas para as ETAR's• Preparação e preenchimento dos dados referentes à Avaliação da Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos 2016



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Obras e Urbanismo Serviços urbanos e ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Implementação do PCQA para o ano de 2017• Limpeza de fossas sépticas, mediante requisição por parte dos munícipes;• Submissão de TRH 2017• Pedido de informação à ARH Tejo relativamente ao licenciamento das ETAR's de Pavia, Brotas e do Fluviário de Mora• Desbaratização na rede de esgotos em Mora e colocação de pastilhas para ratazanas no Bairro da Misericórdia e na Praça Conselheiro Fernando Pessoa• Acompanhamento do início do funcionamento da Etar de Pavia• Limpeza da caixa de entrada da ETAR de Mora e desobstrução de alguns coletores em Mora efetuada pela GESAMB• Solicitação de orçamentos para fornecimento de equipamento de limpeza e desobstrução de coletores de alta pressão• Recolha semanal dos resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho• Higienização e manutenção dos equipamentos de deposição de RSU (contentores e moloks)• Recolha doméstica de monstros domésticos, em função das solicitações ocorridas, e posterior encaminhamento a destino final adequado• Encaminhamento a destino final adequado de OAU – Óleos



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Obras e Urbanismo Serviços urbanos e ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Alimentares Usados produzidos nas cantinas escolares e pelos munícipes• Manutenção e limpeza da via pública• Solicitação de contentores de 30 m³ com prensa à GESAMB para colocação no Ecocentro de Mora• Participação no Grupo de Trabalho Fiscalização e Fiscalidade Verde da GESAMB• Colocação de novos equipamentos de deposição de resíduos indiferenciados• Colocação de mais 1 vidro em Mora (junto à Adega “Susana Esteban”)• Reunião com a empresa ULTRIPLO para colocação de 4 novos contentores de recolha de têxteis e calçado usado.
Serviços de ação sócio-cultural	<ul style="list-style-type: none">• Comemoração do Dia Mundial do Ambiente, Dia Mundial da Água e Dia Internacional das Florestas• Assegurar o normal funcionamento normal dos seguintes espaços/cursos: cursos de artes decorativas piscinas; cinema; biblioteca; oficina da criança; posto de turismo; galeria; pavilhão municipal de desportos; escola municipal de desporto; espaços jovens e espaço internet e escola de música• Acompanhamento do Grupo “Cantar Alentejo” da Associação de Reformados de Mora, do Grupo de Cantares Alentejanos de Brotas, do Grupo de Cantares



Área de ação	Tipo de atividade/ação
Serviços de ação sócio-cultural	<p>da Santa Casa da Misericórdia de Pavia e do Grupo Folclórico e Etnográfico da Região da Ribeira do Raia e da Tuna da Universidade Sénior de Mora, da gestão das cantinas escolares de Cabeção, Brotas e Pavia;</p> <ul style="list-style-type: none">• Acompanhámos a Universidade Sénior e o GIP de Mora• Colaborámos com o G.I. na recolha da informação para o Boletim Municipal• Apoio logístico e administrativo ao Museu Regional Megalitismo• Organização, promoção e colaboração em diversas atividades as quais se salientam: Mostra Gastronómica da Caça; Envelhecimento Ativo; Prova do Vinho Novo em Cabeção; Férias Desportivas; atividades de tempos livres; apoio às festas do concelho; realização de mais uma edição da EXPOMORA; realização de mais uma edição das “Músicas do Rio”; São Martinho em Pavia, MoraPesca, Universidade Sénior,...
Ação Social	<ul style="list-style-type: none">• Monitorização do número de refeições escolares e das componentes de Apoio à Família• Apoio aos reformados: cartão municipal do idoso e oficina domiciliária• Apoio à juventude: cartão municipal da juventude, programa de apoio a jovens desempregados• Receção, análise e encaminhamento das candidaturas ao Subsídio por Nascimento;

M
H
B
P
P



4. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PELA AUTARQUIA

Com a aplicação do POCAL, uma das vertentes contabilísticas a aplicar na contabilidade autárquica, é a contabilidade orçamental, sendo considerada uma das principais diferenças entre a contabilidade pública, neste caso das autarquias locais, e contabilidade privada.

Os documentos principais da Contabilidade Orçamental são o Orçamento anual e as Grandes Opções do Plano de carácter quadrienal (constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano das Actividades mais relevantes).

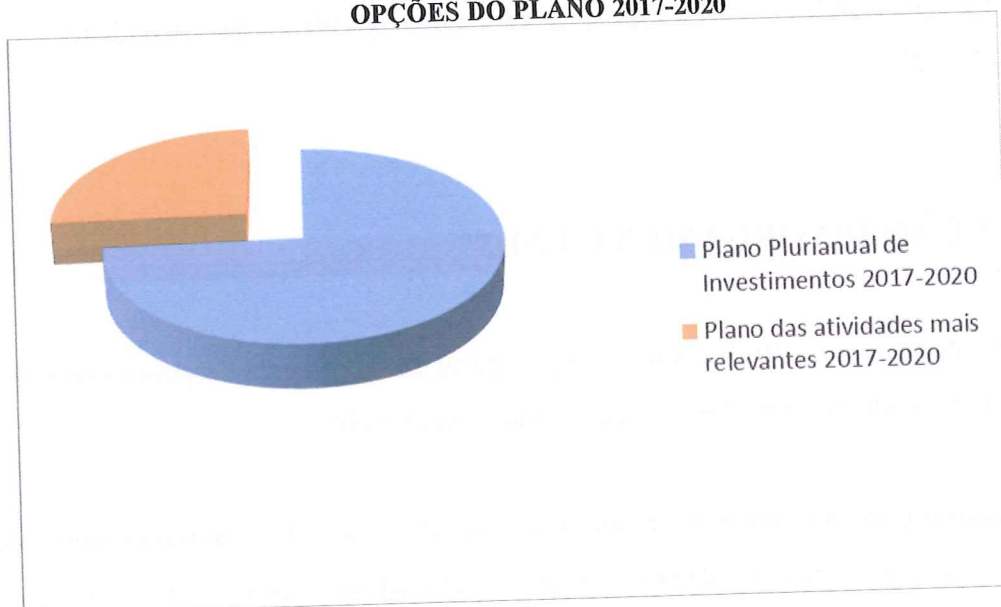
Estes dois documentos previsionais, para o ano de 2017, foram aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal, no dia 26 de outubro de 2016, e em sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 24 de novembro de 2016.

O Orçamento inicial para o ano de 2017, importava tanto na receita como na despesa, um valor de 10.714.315,00 EUROS (dez milhões, setecentos e catorze mil, trezentos e quinze euros).

As Grandes Opções do Plano 2017-2020 tinham, em termos de dotações iniciais globais para os quatro anos, um valor de 14.261.512,00 euros (catorze milhões, duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e doze euros). Deste valor 10.607.011,00 euros (dez milhões, seiscentos e sete mil e onze euros) era o previsto para o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 3.654.501,00 euros (três milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e um euros) consistia na previsão para o Plano das Actividades mais Relevantes (PAM) deste quadriénio.



OPÇÕES DO PLANO 2017-2020



O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais prevê a realização de alterações (incluem reforços de dotações de despesa resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações e/ou reforços ou inscrições de dotações de despesa por contrapartida do produto da contracção de empréstimos ou de receitas legalmente consignadas) e de revisões (ocorre quando do aumento global da despesa prevista, por aplicação de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados, nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial, do saldo da gerência anterior, do excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento e de outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar) ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Durante o exercício de 2017, foram realizadas e aprovadas as seguintes modificações: 2 revisões ao orçamento da receita (introdução do saldo da gerência anterior e revisão do valor previsto); 3 revisões ao orçamento da despesa (introdução do saldo da gerência anterior e inclusão de novas rubricas), 11 alterações ao orçamento da despesa (vários acertos efectuados a rubricas orçamentais da despesa), 2 revisões e 8 alterações ao Plano Plurianual



de Investimentos 2017-2020 e 3 revisões e 2 alterações ao Plano das Atividades mais Relevantes 2017-2020.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO 2017

O orçamento do ano de 2017 é composto pela parte da receita e da despesa, sendo esta última, discriminada segundo uma classificação orgânica/económica.

A execução orçamental durante este ano foi realizada de acordo com um conjunto de regras e princípios impostos pela legislação em vigor, enumerados no anexo às demonstrações financeiras, constantes na Prestação de Contas.

No final do exercício de 2017, o saldo orçamental apurado e que transitará para 2018 foi de 2.007.350,44€ (dois milhões, sete mil, trezentos e cinquenta euros e quarenta e quatro cêntimos). Este saldo orçamental, relativamente ao exercício anterior, sofreu um aumento. Este resultado deveu-se sobretudo ao grande esforço de contenção orçamental que a Câmara Municipal tem feito nestes últimos tempos.

Este aumento foi influenciado sobretudo pelo aumento da receita efetivamente recebida. A racionalização dos recursos disponíveis, na atual situação macroeconómica, reveste-se de extrema importância, devendo a cada momento, ser analisadas as necessidades/recursos e redefinidas as prioridades e as ações a desenvolver.



Ao analisarmos o equilíbrio corrente (receitas correntes iguais ou superiores às despesas correntes) verificamos que o mesmo foi cumprido, assim como o equilíbrio global (receitas totais iguais ou superiores às despesas totais).

Em termos de execução orçamental e comparativamente com a mesma execução do ano de 2016, verificamos uma subida tanto ao nível da despesa como da receita (em termos de valor recebido e valor pago). Em 2017 a execução foi de 89,27% em termos de orçamento de receita e 69,98% em termos de orçamento da despesa. Após esta análise verificou-se que o Município atingiu os 85% de execução da receita, definido na Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013).



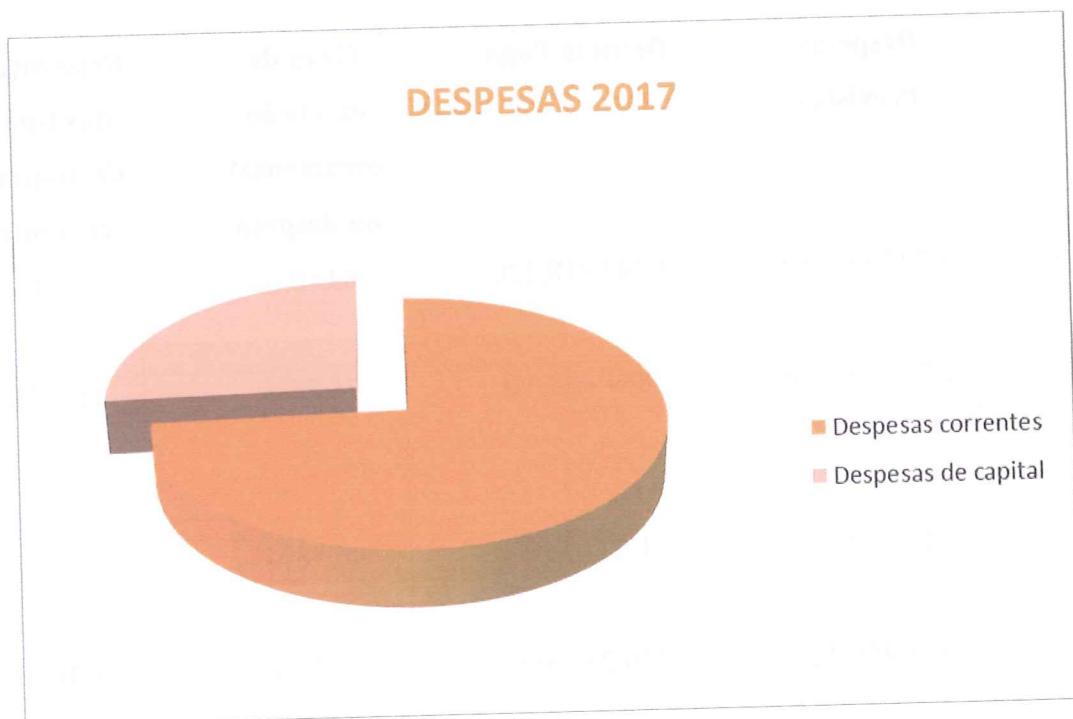
1. Execução do Orçamento da Despesa:

Para analisarmos o grau de execução da despesa, o documento mais utilizado é o Controlo Orçamental da Despesa.

Ao analisarmos esse documento, verificamos que o grau de execução orçamental da despesa, do ano de 2017, foi de 69,98%, tal como referido anteriormente. Este grau de execução orçamental é a percentagem de pagamentos realizados no exercício face às dotações previstas. Se em vez de compararmos pagamentos/dotações disponíveis, considerarmos a relação compromissos assumidos no exercício/dotações corrigidas, constata-se um grau de execução de cerca de 83,70%.

Tal situação deve-se ao facto de muitas despesas terem a verba destinada à sua concretização cativa e ainda não paga (o facto de não estar paga não significa que está em dívida, porque muitos destes compromissos assumidos ainda não tinham sido facturados a 31 de dezembro de 2017). De salientar que o Município de Mora, no final de 2017, não possuía dívidas a mais de 90 dias.

Em termos de peso entre as despesas correntes e de capital nota-se que as despesas correntes têm um peso superior às de capital.



➤ Despesas correntes:

As despesas correntes representam 74,06% do valor total de despesa paga pelo Município de Mora, aumentando em relação a 2016.

O valor gasto, em termos correntes, engloba as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, juros e outros encargos, transferências correntes e outras despesas correntes. Destas as que apresentaram um maior grau de execução foram as despesas com o Pessoal, uma vez que são de fácil previsão.

No quadro seguinte é possível analisar a execução e o peso de cada rubrica no valor total de despesas correntes.

my
h
B
e



Descrição	Despesas Previstas	Despesa Paga	Grau de execução orçamental da despesa	Repartição dos tipos de despesa corrente
Despesas com o pessoal	3.227.850,00€	2.742.218,32€	84,95%	50,84%
Aquisição de bens e serviços correntes	2.521.287,19€	1.884.893,61€	74,76%	34,95%
Juros e outros encargos	2.600,00€	1.211,13€	46,58%	0,02%
Transferências correntes	348.456,12€	236.232,38€	67,79%	4,38%
Outras despesas correntes	638.153,22€	529.172,98€	82,92%	9,81%
TOTAL....	6.738.346,53€	5.393.728,42€	80,05%	100,00%

➤ Despesas de capital:

As despesas de capital têm um peso de cerca de 25,94% no total das despesas. Estas despesas são repartidas pela aquisição de bens de capital, pelas transferências de capital, pelos ativos financeiros, pelos passivos financeiros e pelas outras despesas de capital.

A taxa de execução orçamental da despesa de capital foi, em termos globais, de 51,50%.

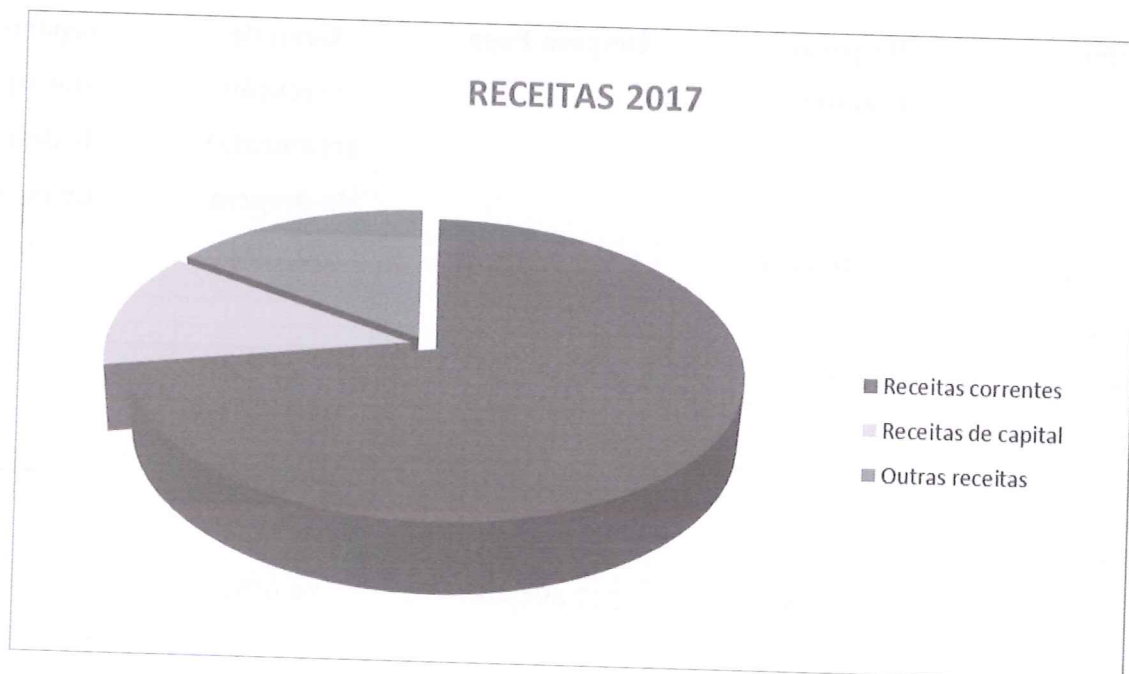
No mapa seguinte é possível observar a repartição das despesas de capital, bem como o seu grau de concretização.



Descrição	Despesas Previstas	Despesa Paga	Grau de execução orçamental da despesa	Repartição dos tipos de despesa de capital
Aquisição de bens de capital	3.041.500,00€	1.542.759,16€	50,72%	81,66%
Transferências de capital	48.754,00€	40.135,25€	82,63%	2,12%
Ativos financeiros	50.135,00€	50.134,00€	100,00%	2,65%
Passivos financeiros	230.000,00€	217.694,40€	94,65%	11,52%
Outras despesas de capital	298.000,00€	38.500,00€	12,92%	2,04%
TOTAL....	3.668.209,00€	1.889.222,81€	51,50%	100,00%

2. Execução do Orçamento da Receita:

A execução financeira das receitas foi 89,27%, assistindo-se a um acréscimo relativamente a 2016. Do total das receitas cobradas brutas, as receitas correntes corresponderam a 71,70%, as de capital de 12,55% e as outras receitas (incluindo o saldo da gerência anterior) corresponderam a 15,75%



➤ Receitas correntes:

As receitas correntes arrecadadas ao longo do exercício de 2017 atingiram um valor de 6.661.327,99€ (seis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e sete euros e noventa e nove centimos).

No quadro seguinte é possível analisar a distribuição das receitas correntes, evidenciando o peso de cada uma no total das mesmas.



Descrição	Receitas Previstas	Receitas cobradas líquidas	Grau de execução de receitas	Peso dos diferentes tipos de receita
Impostos directos	659.734,00€	698.919,05€	105,94%	10,49%
Impostos indirectos	1.258,00€	1.936,90€	153,97%	0,03%
Taxas, multas e outras penalidades	51.410,00€	50.241,19€	97,73%	0,75%
Rendimentos de propriedade	11.148,00€	0,00€	0,00%	0,00%
Transferências correntes	4.335.327,34€	4.322.902,06€	99,71%	64,90%
Venda de bens e serviços correntes	1.350.528,00€	1.107.402,02€	82,00%	16,62%
Outras receitas correntes	576.027,00€	479.926,77€	83,32%	7,20%
Total....	6.985.432,34€	6.661.327,99€	95,36%	100,00%

➤ Receitas de Capital:

As receitas de capital atingiram um valor global de receita cobrada bruta de 1.166.186,49€ (um milhão, cento e sessenta e seis mil, cento e oitenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos). De seguida é apresentada a distribuição das receitas de capital:



Descrição	Receitas Previstas	Receitas cobradas líquidas	Grau de execução de receitas	Peso dos diferentes tipos de receita
Venda de bens de Investimentos	71.299,00€	13.877,71€	19,48%	1,19%
Transferências de Capital	1.885.107,00€	1.152.308,78€	61,13%	98,81%
TOTAL.....	1.956.336,00€	1.166.186,49€	59,61%	100,00%

➤ Outras receitas:

As outras receitas são constituídas pelas reposições não abatidas nos pagamentos e pelo saldo orçamental da gerência anterior, sendo este último o que maior peso apresenta no total deste tipo de receitas.

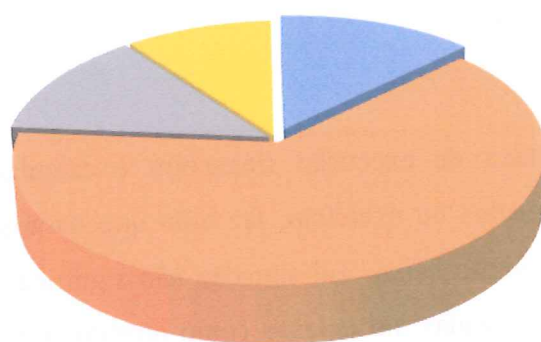


Execução das Grandes Opções do Plano 2017-2020

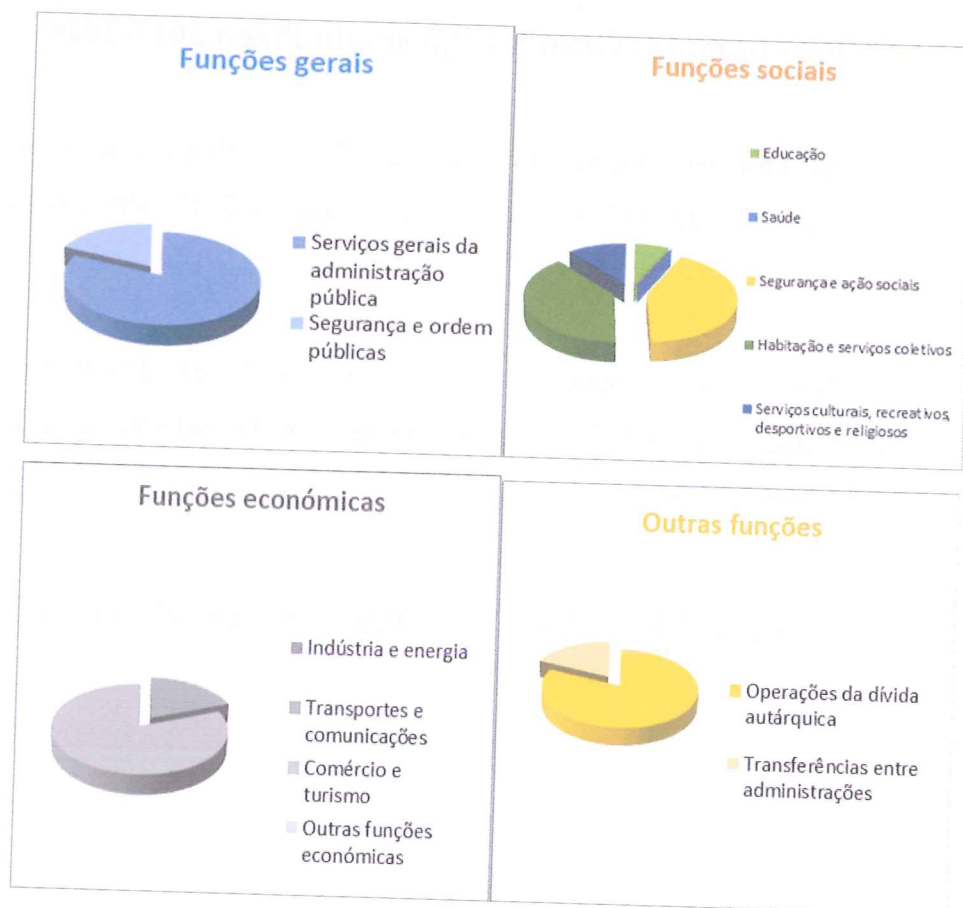
As Grandes Opções do Plano 2017-2020, tiveram uma execução financeira no ano de 2017 de 56,61% (Valor pago em 2017 / Previsto no ano * 100).

No gráfico seguinte é possível analisar a distribuição do investimento pelas diversas funções definidas em termos do POCAL, salientando-se o maior peso das funções sociais

EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POR FUNÇÕES



Nos próximos gráficos podemos analisar a repartição, dentro de cada função, das diversas áreas de investimento.



Como a taxa de execução financeira é calculada em função dos pagamentos efectuados no exercício, faz com que muitos dos projetos/ações tenham execução muito baixa. Tal situação não significa que as mesmas não tenham sido concretizadas, no entanto como quando se adjudica a legislação obriga a cativar a verba necessária, no entanto nem toda está paga. O facto de não estar paga também não significa que os pagamentos estão em atraso, como comprova o balanço e o extrato de dívidas a terceiros. O não pagamento deve-se a vários fatores como: a não conclusão da obra/ação; problemas de ordem técnica e/ou burocrática, entre outros.



Ao analisarmos estas Opções do Plano, verificamos que, tal como nos anos anteriores, alguns dos investimentos previstos tiveram execução zero, contribuindo para tal uma série de factores que a seguir se explicitam.

DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO (€)	VALOR PAGO (€)	FACTORES E CONDIÇÕES
Posto móvel de acesso à internet	1.400,00	0,00	Projeto comunitário
Aquisição de Edifícios	28.000,00	0,00	Não houve necessidade de adquirir edifícios
Aquisição de Terrenos	103.000,00	0,00	Em negociação
Projeto LIFE - Fluvial	15.000,00	0,00	Início da execução em 2018
Programação Cultural em Rede	1.800,00	0,00	Projeto comunitário
Estratégia e Eficiência Energética no Alentejo Central	4.000,00	0,00	Projeto comunitário
Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo central	600,00	0,00	Projeto comunitário
OTALEX_CROSSBORDER	2.500,00	0,00	Projeto comunitário
Apoio à Reabilitação do Bairro da Misericórdia de Mora	5.000,00	0,00	A verba foi retirada doutra rubrica



DESCRIÇÃO	VALOR PREVISTO (€)	VALOR PAGO (€)	FACTORES E CONDIÇÕES
Requalificação urbana do Largo dos Combatentes em Pavia	5.000,00	0,00	Em execução
Reforço da Rede de Ecopontos	10.000,00	0,00	A Gesamb reforçou a rede de Ecopontos do Concelho
Projeto de Estudo e Divulgação da Igreja de Brotas	20.000,00	0,00	Não foi possível candidatar este projeto a fundos comunitários
Escola Municipal de Desporto	500,00	0,00	Não houve necessidade de adquirir material
Programa de Utilização de Energias Renováveis	108.000,00	0,00	Projeto candidatado ao Portugal 2020 com aprovação em 2018
Construção de nova Rotunda na Avenida do Fluviário	140.000,00	0,00	Obra transitou para 2018
Reparação da Rede Viária Municipal	25.000,00	0,00	As verbas aplicadas nesta ação foram retiradas doutras rubricas
Remodelação do recinto do Parque de Feiras de Mora	5.000,00	0,00	As verbas aplicadas nesta ação foram retiradas doutras rubricas
Remodelação do Mercado Municipal	5.000,00	0,00	Carece de projeto



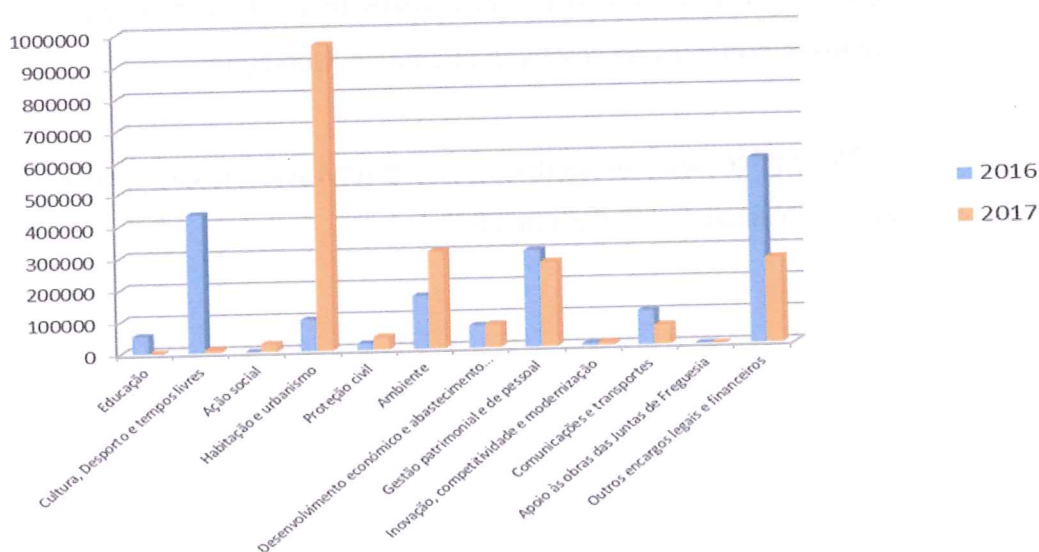
➤ **Execução do Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020**

A execução financeira anual do Plano Plurianual de Investimentos 2017-2020 foi de 51,76%, registando-se uma subida comparativamente com 2016.

Esta taxa não foi superior devido aos factores, atrás mencionados, aquando da justificação das taxas de execução zero das Grandes Opções do Plano.

No gráfico seguinte poderá fazer-se uma análise comparativa entre a execução anual de 2016 e a de 2017.

Evolução da Execução do Plano Plurianual de Investimentos





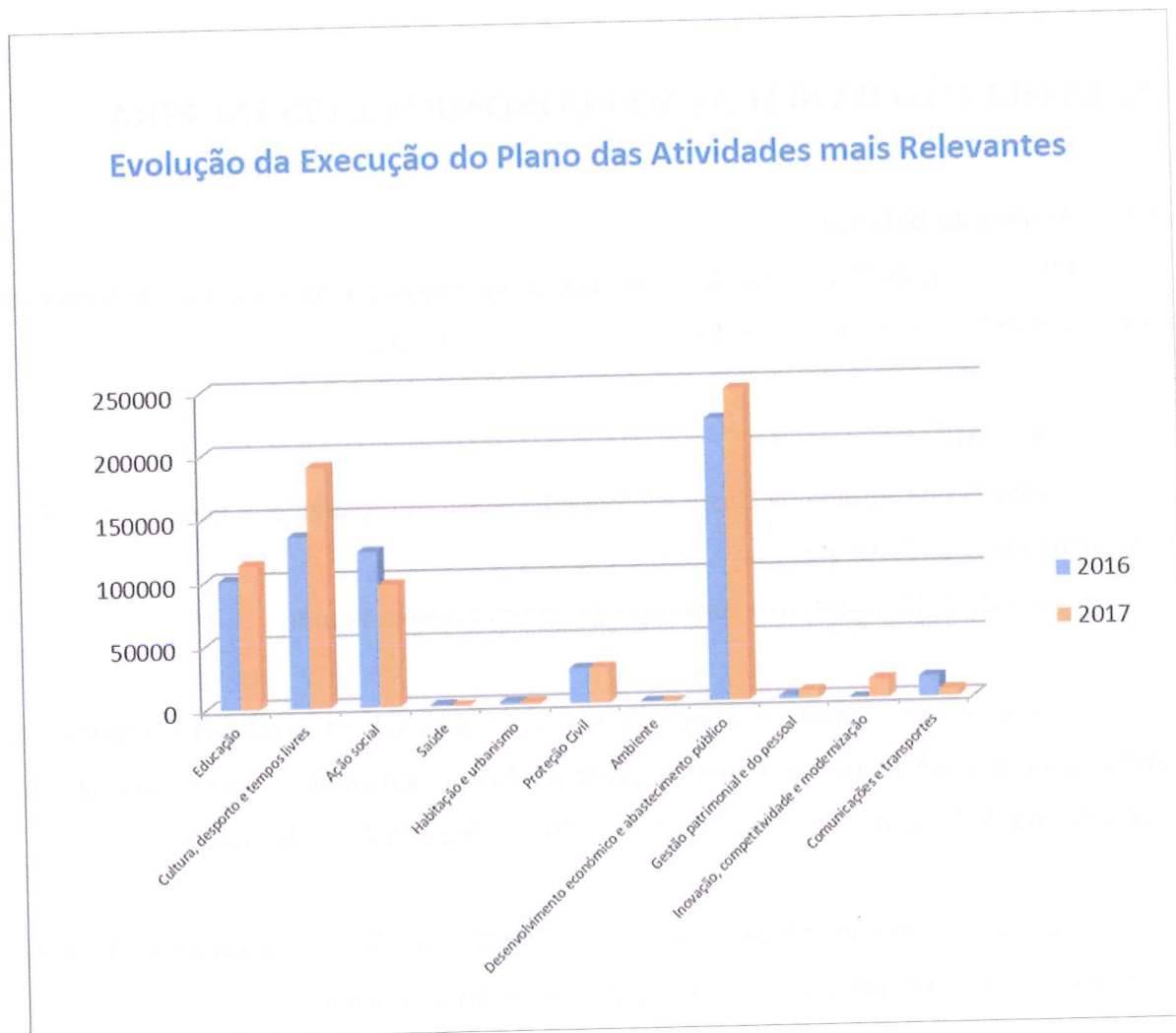
Ao analisar o gráfico anterior salienta-se o aumento em “habitação e urbanismo”, e em “ambiente” em grande medida influenciado pela construção do Parque Urbano e Espaço Multiusos para a Juventude e pela construção da nova ETAR de Pavia.

➤ **Execução do Plano das Atividades mais Relevantes 2017-2020:**

A execução financeira anual do Plano das Atividades mais Relevantes 2017-2020, foi de 77,49%, registando-se uma taxa de execução muito idêntica a 2016.

Esta execução, já como o referenciado em anos anteriores, deve-se ao facto de este Plano ser composto por atividades que não necessitam, na sua grande maioria, de concursos, financiamento externo e outras tantas burocracias que tornam os processos bastante morosos. Além disso são ações que não acarretam grandes custos financeiros, não sendo por isso menos importantes no desenvolvimento do Município.

No gráfico seguinte poderá fazer-se uma análise comparativa entre a execução anual de 2016 e a de 2017.



Analisando o gráfico anterior verifica-se uma maior homogeneidade entre os valores executados nos dois exercícios económicos. Tal situação acontece porque são ações sobretudo de carácter contínuo e de aplicação corrente.



5. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. Análise do Balanço

O Balanço de 2017 foi feito de acordo com a legislação em vigor e cumprindo todas as normas contabilísticas em vigor e aplicáveis às autarquias locais.

- **Ativo**

Os valores que surgem na classe 4 – Imobilizações, são referentes a bens de ativo fixo existente na posse da Autarquia.

No ano de 2017, registou-se uma redução ligeira do ativo líquido.

A classe 3 – Existências, é composta pelo valor do stock em armazém em termos de matérias-primas e subsidiárias e de outros materiais, bem como as mercadorias existentes na loja e cafetaria do Fluviário de Mora e na loja do Núcleo Regional do Megalitismo.

Na classe 2, relativamente ao ativo, no ano de 2017, verificou-se um aumento bastante significativo comparativamente com 2016, devido a fundos comunitários.

As disponibilidades sofreram um aumento, refletindo uma estabilidade financeira da autarquia.

- **Fundos Patrimoniais**

No que se refere aos fundos patrimoniais, assistiu-se a um resultado líquido do exercício positivo, notando-se uma grande melhoria. Tal situação evidencia uma situação económico-financeira estável.



As operações realizadas nos fundos patrimoniais foram apenas a passagem do resultado líquido de 2016 para resultados transitados e uma correção efetuada à especialização do exercício dos subsídios ao investimento.

- **Passivo**

O passivo da Câmara Municipal de Mora continua controlável, verificando-se no entanto um aumento do seu valor.

A dívida a médio e longo prazo reduziu, devido à amortização de empréstimos bancários.

Nota-se também um controlo das dívidas a terceiros, demonstrando estabilidade das contas municipais.

Foi também feita a especialização do exercício em termos de custos e proveitos, retratada nas contas 27, nomeadamente encargos com os seguros, electricidade, receitas municipais, encargos com o pessoal, subsídios ao investimento, entre outros.

De referir que por força do artigo 303º da LOE/2018, a Lei do FAM (Fundo de Apoio Municipal) foi alterada, verificando-se uma redução progressiva das contribuições para o FAM de 25%, 50%, 75% e 100% para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente. Segundo orientação da DGAL, estes ajustamentos só deverão ocorrer em 2018, devendo no entanto, os municípios proceder à divulgação desta situação nos documentos de prestação de contas de 2017.

5.2. Análise da Demonstração de Resultados

O mapa da Demonstração de Resultados mostra a evolução dos custos e dos proveitos por tipo.



Tal como no Balanço, o Mapa da Demonstração de Resultados, mostra de forma fiel os resultados do exercício.

- **Resultados operacionais**

Os resultados operacionais do ano de 2017 continuaram negativos.

- **Resultados financeiros**

Os resultados financeiros também continuam negativos.

- **Resultados correntes**

O resultado corrente (a soma dos resultados operacionais com os resultados financeiros) do Município é negativo, no valor de -586.307,73€, sendo os resultados operacionais os que mais influenciaram os resultados.

- **Resultados extraordinários**

Os resultados extraordinários no ano de 2017 são no valor de 660.324,90€, devido sobretudo ao acionamento de garantias bancárias de obras.

- **Resultado líquido do exercício**

O resultado líquido do exercício é positivo no valor de 74.017,17€, notando-se uma evolução bastante positiva. Este resultado deve-se sobretudo aos resultados extraordinários.



6. DÍVIDA DO MUNICÍPIO DE MORA

O Município de Mora, apresenta uma dívida controlada.

Em termos de dívidas a fornecedores c/c, estas são pagas a 30 dias, ou seja são autorizados os pagamentos na primeira reunião de Câmara de cada mês. Quando se trata de fornecedores do Concelho os pagamentos são autorizados por despacho.

Relativamente a dívidas a fornecedores de imobilizado, estas são pagas após uma análise dos autos de medição efectuados à obra, pela fiscalização da Câmara Municipal.

Tal como referimos anteriormente, o Município de Mora não possui qualquer dívida a mais de 90 dias, cumprindo o estipulado legalmente.

Os valores que surgem no Balanço como dívidas a terceiros (excepto as dívidas a médio e longo prazo – empréstimos bancários) compreendem todas as faturas emitidas e não pagas, bem como as dívidas de operações não orçamentais (Estado e outras entidades).

ML

1/3

B

1/2

2



7. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

O Município de Mora, no exercício de 2017, cumpriu o estipulado na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, estipulada na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei n.º 22/2015.

O n.º 1 do artigo 15º da LCPA, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, estabelece que os dirigentes das entidades devem, até 31 de janeiro de cada ano:

a) Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;

b) Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.

O artigo 17º do DL, regulamentador desta matéria, na versão do DL n.º 99/2015, de 2 de junho, prevê no n.º 1 que, para efeitos de cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior, podem ser declarados de forma agregada quando se verifique uma das seguintes situações (exceto entidades previstas no artigo 2º da LCPA):

a) Os pagamentos ou recebimentos tenham uma mesma natureza e o seu valor individualmente considerado seja inferior a €5.000,00;

b) O devedor ou credor seja uma pessoa individual.

Foi este o critério com base no qual foram emitidas as declarações.

As declarações de compromissos plurianuais, de pagamentos e de recebimentos em atraso estão anexas ao presente relatório de gestão e dele fazem parte integrante, conforme o previsto no n.º 3 do artigo 15º da LCPA.



8. APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO

Para efectuar uma análise mais aprofundada utilizamos alguns indicadores de gestão para analisar a situação orçamental, económica e financeira desta autarquia local.

- Indicadores de natureza orçamental

Despesa do exercício X 100

Receita do exercício

= 7 282 951,23 / 9 290 301,67 X 100

=78,39%

M
B
B
P





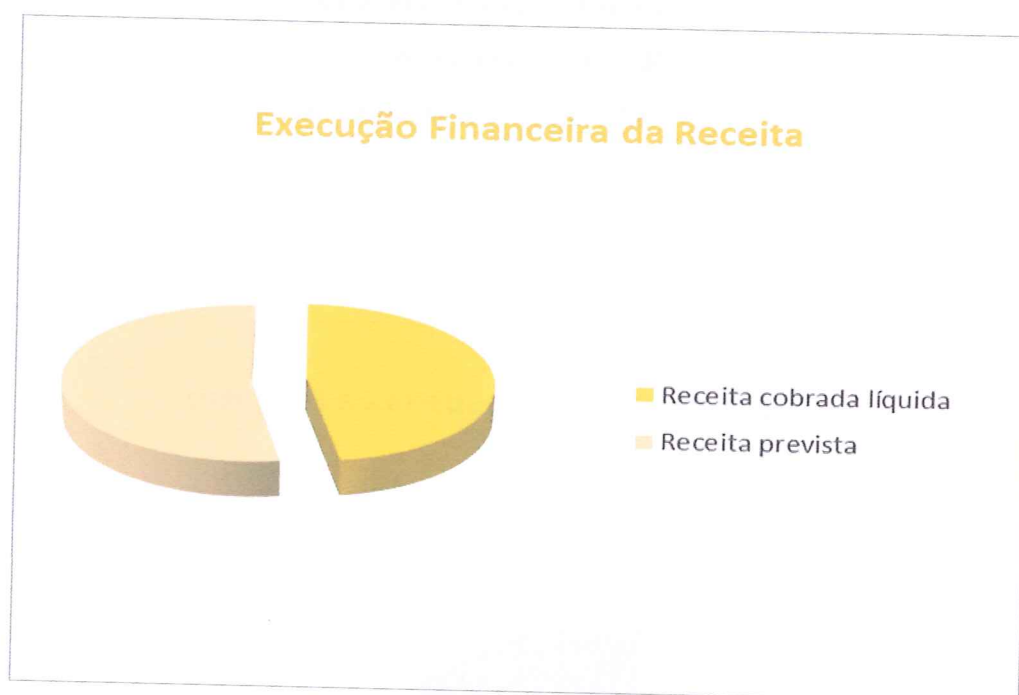
Analisando este indicador, concluímos que a receita cobrada foi suficiente para cobrir a despesa paga, isto é, cerca de 78,39% da receita arrecadada foi investida.

Receita cobrada líquida X 100

Receita prevista

$$= 9\,290\,301,67 / 10\,406\,555,53 \times 100$$

$$= 89,27\%$$

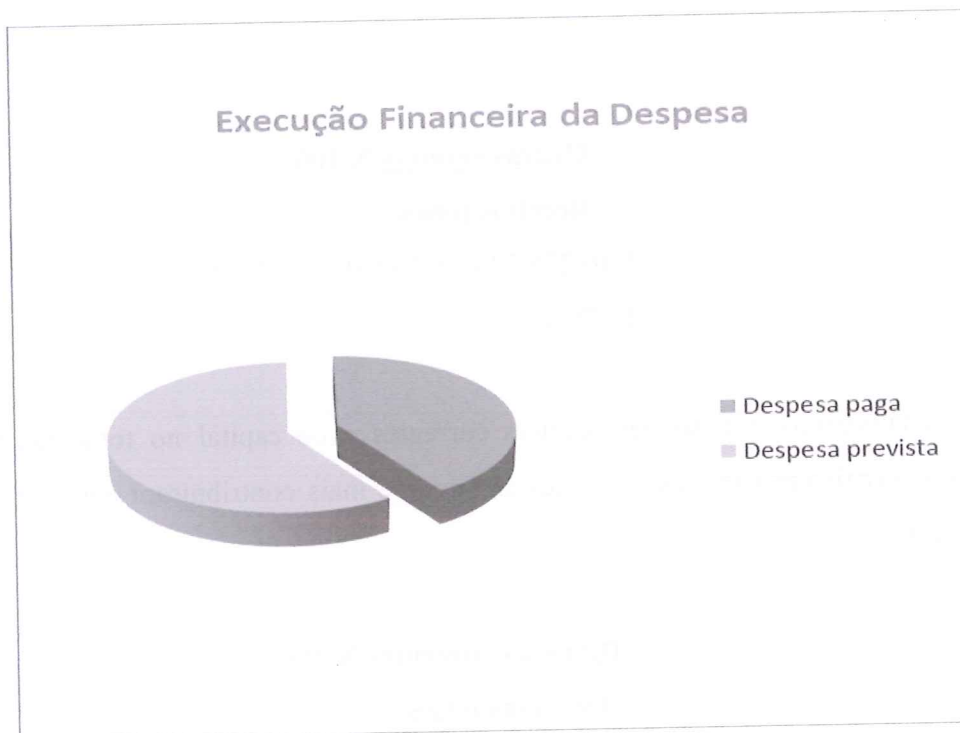


Despesa paga X 100

Despesa prevista

$$= 7\,282\,951,23 / 10\,406\,555,53 \times 100$$

$$= 69,98\%$$



Tendo em conta estes dois indicadores, conclui-se que a execução física orçamental foi maior ao nível da receita do que ao nível da despesa. A razão destas taxas de execução foi explicada neste relatório anteriormente.

Receitas correntes X 100

Receitas totais

$$= 6\,661\,327,99 / 9\,290\,301,67 \times 100$$
$$= 71,70 \%$$

Receitas de capital X 100

Receitas totais

$$= 1\,166\,186,49 / 9\,290\,301,67 \times 100$$
$$= 12,55\%$$

MJ
B
B
R



Outras receitas X 100

Receitas totais

$$= 1\,462\,787,19 / 9\,290\,301,67 * 100$$

$$= 15,75\%$$

Ao analisarmos o peso das receitas correntes e de capital no total das receitas cobradas, verificamos que as correntes são as que mais contribuíram para o resultado alcançado.

Despesas correntes X 100

Despesas totais

$$= 5\,393\,728,42 / 7\,282\,951,23 * 100$$

$$= 74,06\%$$

Despesas de capital X 100

Despesas totais

$$= 1\,889\,222,81 / 7\,282\,951,23 * 100$$

$$= 25,94\%$$

No ano de 2017 as despesas correntes foram as que apresentaram maior peso no valor global pago.

• **Rácios de estrutura:**

Estes rácios analisam a situação da Entidade a médio e longo prazo.

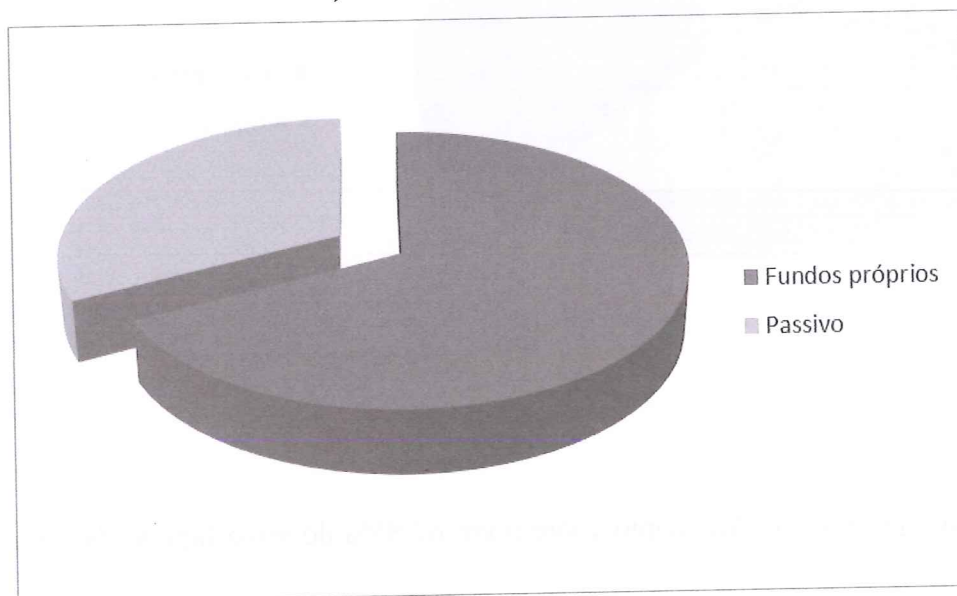


Solvabilidade = $\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo}} \times 100$

Passivo

$$= 22\,729\,224,07 / 10\,770\,408,1 \times 100 =$$

$$= 211,03\%$$



Handwritten notes in purple ink: 'M', '1/3', 'B', and a signature.

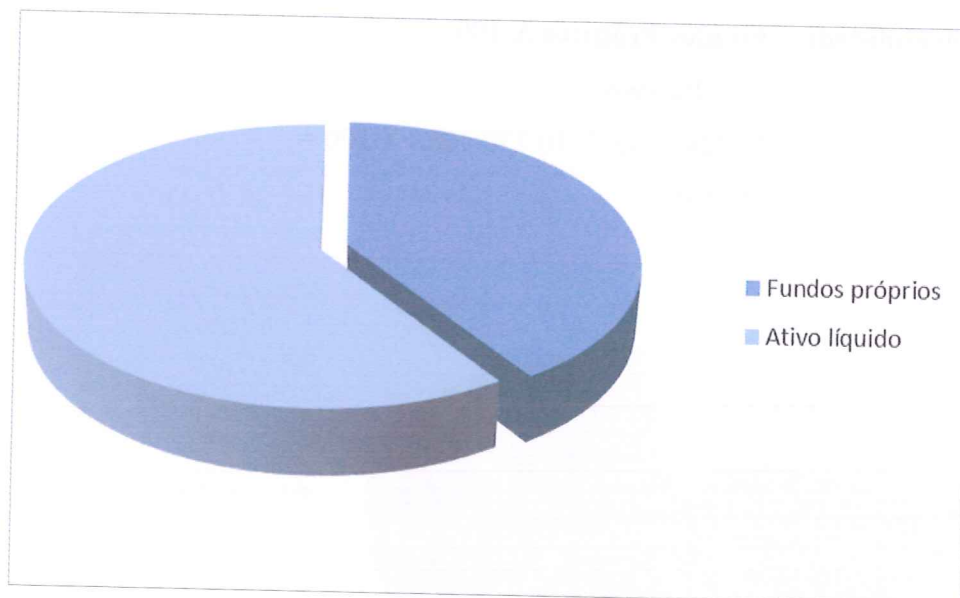
Como se demonstra neste indicador, a Câmara Municipal de Mora consegue responder de forma eficaz aos compromissos assumidos, ou seja os seus fundos próprios são mais que suficientes para cobrir o passivo.

Autonomia financeira = $\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo líquido}} \times 100$

Ativo líquido

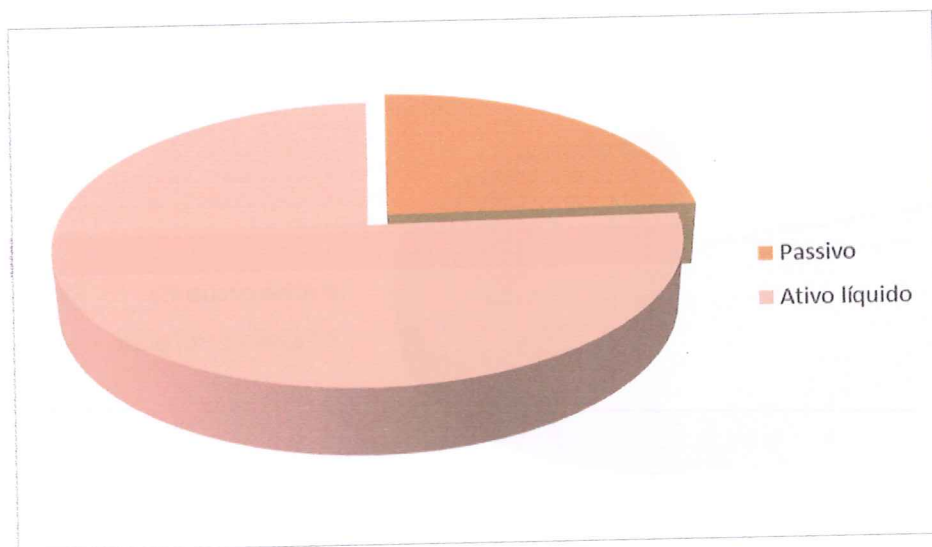
$$= 22\,729\,224,07 / 33\,499\,632,17 \times 100 =$$

$$= 67,85\%$$



Os fundos próprios do Município cobrem em 67,85% do ativo líquido da Câmara Municipal.

$$\begin{aligned}\text{Endividamento de dependência} &= \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo líquido}} \times 100 \\ &= 10\,770\,408,1 / 33\,499\,632,17 \times 100 = \\ &= 32,15 \%\end{aligned}$$



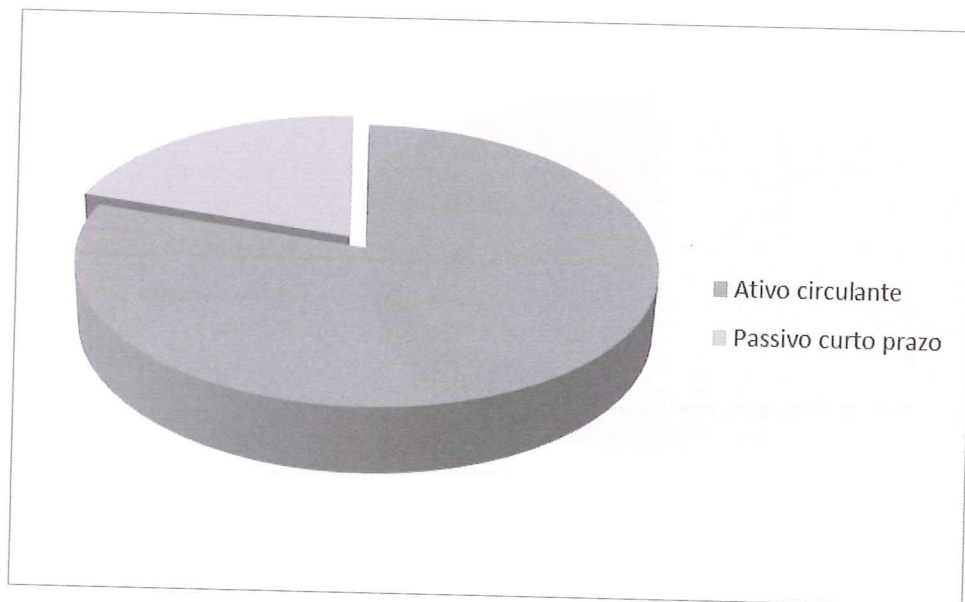
O grau de dependência do Município de Mora, relativamente ao seu passivo é de apenas de 32,15%.

• **Rácios de liquidez:**

Estes rácios permitem-nos analisar a situação da Câmara Municipal de Mora em termos de curto prazo.

$$\begin{aligned}\text{Liquidez geral} &= \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo de curto prazo}} \times 100 \\ &= 3\,262\,519,71 / 842\,774,20 \times 100 \\ &= 387,12 \%\end{aligned}$$

my
13
B
R

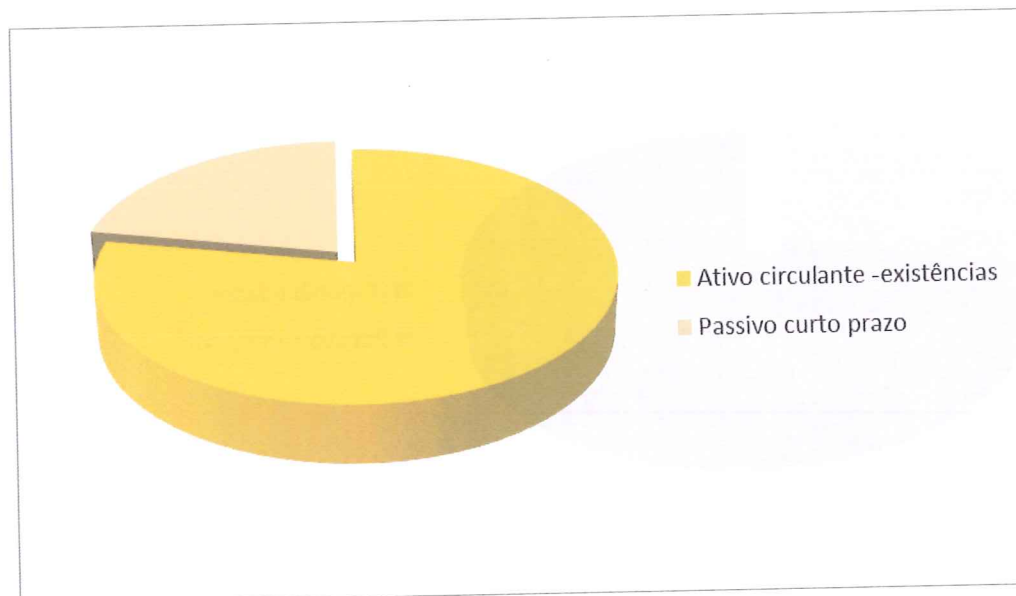


Do ano de 2016 para o ano 2017 verificou-se uma ligeira redução deste indicador.

$$\text{Liquidez reduzida} = \frac{\text{Ativo circulante} - \text{Existências}}{\text{Passivo curto prazo}} \times 100$$

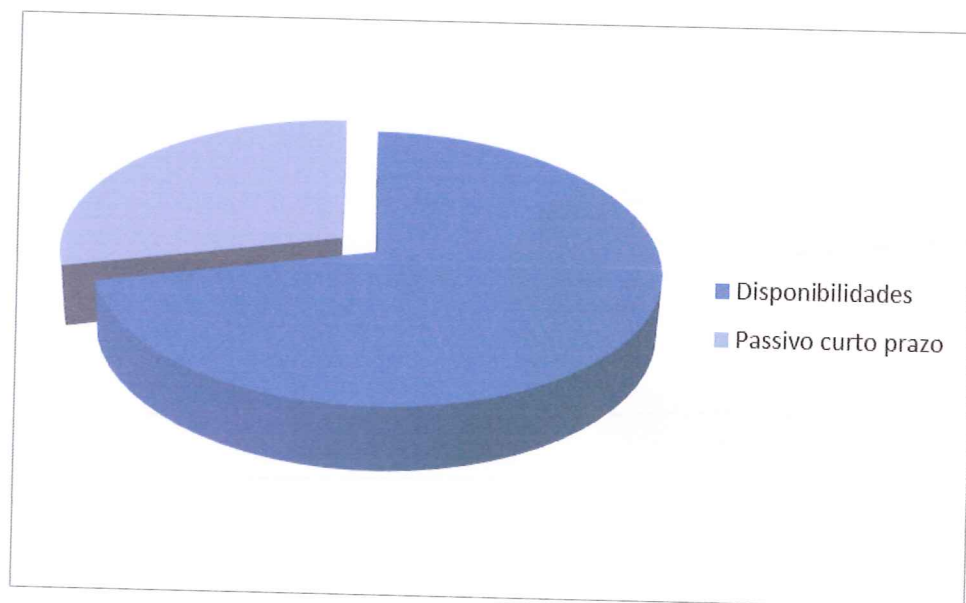
$$= 3\,051\,420,68 / 842\,774,20 \times 100 =$$

$$= 362,07 \%$$



Este indicador dá um resultado semelhante ao anterior uma vez que as existências no Município de Mora têm um peso reduzido.

$$\begin{aligned}\text{Liquidez imediata} &= \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivos de curto prazo}} \times 100 \\ &= 2\,061\,756,71 / 842\,774,20 \times 100 = \\ &= 244,64\%\end{aligned}$$



De imediato a Câmara Municipal tem capacidade de cobrir todos os passivos de curto prazo por completo.



9. FATORES RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o fim do ano de 2017 até ao encerramento das contas, não existiu qualquer fator considerado relevante.

my

11

B

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do exercício do ano de 2017 foi de 74.017,17 €, verificando-se uma notável melhoria.

A proposta de aplicação do referido resultado, será de transferir o mesmo para resultados transitados.

12

